Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Aviso n.º 19917/2008

Concurso externo de ingresso para provimento de 20 lugares de especialista-adjunto estagiário, para o Departamento de Telecomunicações e Informática — Área de Informática

Nos termos do n.º 1, alínea *b*), do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e para efeitos do disposto nos artigos 166.º a 175.º do Código do Procedimento Administrativo, faz-se publico que a lista de classificação final do concurso externo de ingresso para provimento de 20 lugares de especialista-adjunto estagiário, para o Departamento de Telecomunicações e Informática — Área de Informática, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 125, de 02 de Julho de 2007, devidamente homologada por despacho de 03.07.2008, do Director Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Pedro do Carmo, está afixada, a partir da data da publicação do presente aviso, no seguinte serviço e local:

Departamento de Recursos Humanos da Polícia Judiciária, sito no Largo de Andaluz, n.º 17, 1050-004 Lisboa.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo. 40.º e no n.º 2 do artigo 43.º, conjugado com a alínea *b*) do artigo 44.º, todos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os interessados dispõem do prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso, para, querendo, interpor recurso hierárquico, com efeitos suspensivos, para SS. Ex.ª o Ministro da Justiça.

O processo do concurso encontra-se à disposição dos interessados, para consulta, nos dias normais de expediente (das 09 às 12 e das 14 às 17 horas), no Departamento de Recursos Humanos da Polícia Judiciária, sito no Largo de Andaluz, n.º 17, 1050-004 Lisboa.

3 de Julho de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa.*

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Despacho (extracto) n.º 18593/2008

Por despacho do Presidente deste Instituto, de 11 de Junho de 2008, foi Maria Teresa Almeida Lopes Lomba, primeira ajudante na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Lisboa, ficando afecta à 4.ª Conservatória do Registo Civil do respectivo município, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2008. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

3 de Julho de 2008. — A Vice-Presidente*, Carolina Ferra.*

Despacho (extracto) n.º 18594/2008

Por despacho do Vice-Presidente, em substituição do Presidente deste Instituto, de 23 de Junho de 2008, foi Luís Alberto Cerqueira da Silva Dantas, primeiro ajudante na situação de licença sem vencimento, autorizado a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Vila Verde, ficando afecto à Conservatória dos Registos Predial e Comercial de Vila Verde, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2008. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

3 de Julho de 2008. — A Vice-Presidente*, Carolina Ferra.*

Despacho (extracto) n.º 18595/2008

Por despacho do Vice-Presidente, em substituição do Presidente deste Instituto, de 24 de Junho de 2008, foi Isabel Maria Esteves dos Santos de Saraiva Santana, segunda ajudante na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Lisboa, ficando afecta à Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Colectivas de Lisboa, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2008. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

3 de Julho de 2008. — A Vice-Presidente*, Carolina Ferra.*

Despacho (extracto) n.º 18596/2008

Por despachos do Presidente deste Instituto, de 5 de Junho de 2008:

Teresa Cristina Vale da Silva Oliveira, escriturária na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Lisboa, ficando integrada na 5.ª Conservatória do Registo Civil do respectivo município, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2008.

Maurício Veríssimo Rodrigues, segundo ajudante na situação de licença sem vencimento, autorizado a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Odivelas, ficando afecto à Conservatória dos Registos Predial e Comercial do respectivo município, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2008.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas)

3 de Julho de 2008. — A Vice-Presidente*, Carolina Ferra.*

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria-Geral

Despacho n.º 18597/2008

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, prevê, no seu artigo 2.º, n.º 4, conjugado com o artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau, seja efectuado por selecção, de entre funcionários com quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação, e controlo;

Considerando que foi dado cumprimento ao estabelecido no artigo 21.º, da mesma lei;

Considerando que dos candidatos ao procedimento de selecção para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Programação e Controlo de Investimentos, a licenciada Maria João Martinho Alfeirão é aquela que revelou possuir cumulativamente comprovada experiência profissional no exercício de funções dirigentes na área em apreço; vasta formação profissional nas áreas de interesse para o lugar a prover; forte motivação e sentido de organização e profundos conhecimentos das atribuições da Secretaria-Geral, conforme atesta, de resto, a nota curricular anexa ao presente despacho, do qual faz parte integrante;

Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril e artigo 3.º da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, determino o seguinte:

1 — Nomear, em comissão de serviço, no cargo de cargo de Chefe de Divisão de Programação e Controlo de Investimentos, a licenciada Maria João Martinho Alfeirão, assessora principal do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral;

2 — A presente nomeação produz efeitos à presente data.

9 de Junho de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Martins da Costa Fernandes.*

Nota Curricular

Identificação:

Nome: Maria João Martinho Alfeirão
Data e local de nascimento: 17 de Agosto de 1958, Lisboa

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, concluída em 1985, com a classificação final de 13 valores.

Percurso e Experiência Profissional:

Nomeação, em regime de substituição, como Chefe da Divisão de Programação e Controlo de Investimentos da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (Maio de 2007 até à presente data);

Assessora Principal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, desde Setembro de 2005, da Divisão de Planeamento e Gestão, onde foram integradas as funções antes atribuídas ao Gabinete de Prospectiva a Avaliação;

Assessora do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, na Divisão de Planeamento e Gestão (Abril 2002 a Setembro)

Técnica Superior Principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura, requisitada na Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, exercendo funções de